

Perigo de confronto nas delegacias

DF. Ribeiro
Governo promete mandar soldados PMs para as DPs que estiverem sem pessoal. Policiais civis prometem impedir acesso

Diretor da Polícia Civil diz que quem estiver de greve terá de entregar as armas e não poderá permanecer na delegacia

NELZA CRISTINA

A Polícia Militar e o Ministério Público serão chamados para ocupar as delegacias onde forem constatadas falta de agentes e deficiência no atendimento, anunciou, ontem, o secretário de Governo, Swedenberger Barbosa. O Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol), por sua vez, afirma que não vai permitir a entrada da PM nas delegacias. O momento exige cautela e bom senso para que não se repita na cidade o confronto armado, ocorrido há alguns anos, em frente ao Palácio do Buriti, entre policiais civis e militares, que resultou feridos de ambos os lados.

O temor de um confronto é justificado. De um lado, o diretor da Polícia Civil, Teodoro Rodrigues, determinou que os

agentes em greve deverão entregar as armas e veículos e não poderão permanecer em seus postos de trabalho. De outro, o Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol) já garantiu que os agentes permanecerão nas unidades de trabalho para esclarecer a população e dar cobertura aos colegas responsáveis pela guarda dos presos. "As armas do Estado eles podem exigir que sejam entregues. Com elas não há problema", afirmou o diretor de comunicação do Sinpol, Rogério Trindade do Nascimento.

Descontos

Segundo o diretor da Polícia Civil, Teodoro Rodrigues — que ficará encarregado de solicitar o reforço da PM e do Ministério

Público de acordo com a necessidade —, os policiais têm o direito de entrar em greve, mas deverão se submeter a essas condições. Ele ressalta, contudo, o que chama de "caráter político" da paralisação, destacando o fato de que a greve foi deflagrada contrariando a própria direção sindical que orientou pela continuidade das negociações com o GDF. "Não estamos pensando em punições, mas os dias parados devem ser descontados", alertou Teodoro.

No Sinpol, o clima é de euforia. O sindicato contabiliza uma adesão de 100% da categoria. Para reforçar a resistência dos policiais civis em contar com qualquer ajuda externa, Rogério Trindade afirmou que a manutenção de 30% do efetivo em atividade — como exigido por lei — garantirá que continuem sendo registrados os flagrantes e os crimes hediondos. "Somente os crimes mais simples e as questões administrativas não serão atendidas durante a paralisação", reforçou o dirigente sindical.

Nas delegacias os policiais de plantão, ontem à tarde, endossavam a posição do sindicato. "A PM não tem por que ser chamada. Além de ser inconstitucional, nós estamos aqui", afirmou um policial que preferiu não se identificar.



TEODORO Rodrigues, diretor da Polícia Civil, garante que vai descontar os dias parados

Advogado fica sem informação e professor sem ocorrência

O movimento nas delegacias do Plano Piloto foi fraco ontem à tarde. Em muitos lugares, como a Coordenação de Polícia Especializada (CPE), o clima era de abandono. Os corredores, onde normalmente circulam muitas pessoas, estavam vazios. Apesar de o diretor Rosalvo Gomes de Oliveira garantir que todas as unidades estavam funcionando normalmente, várias pessoas deixaram de ser atendidas e terão de aguardar o fim da paralisação para resolver suas pendências.

"A população já está informada da greve e não tem procurado tanto as delegacias", avaliou um policial, que preferiu não se identificar. Os que buscaram algum serviço fora dos relacionados pelo comando de greve para atendimento emergencial, no entanto, tiveram que se conformar. O advogado Jonas Alves de Oliveira foi um deles. Ele procurou a 1ª DP (Asa Sul) para fazer uma consulta. Precisava

saber se havia alguma representação criminal contra determinada pessoa e saiu sem a informação.

"Tinha de apresentar estes dados hoje para a minha cliente. Não tiro o direito deles fazerem greve, mas acho que deveria haver plantão para todos os atendimentos, inclusive os burocráticos", desabafou. Quem procurou as delegacias, como o advogado, recebeu uma nota, onde estão expostas as reivindicações da categoria e apresentadas os motivos da greve.

Condições

Sempre no anonimato, os policiais reclamavam da falta de condições de trabalho, afirmando faltar de grampo a impressora nas delegacias. O professor Júlio Lima sentiu na pele as deficiências reclamadas pelos policiais. Há dez dias ele tenta pegar uma cópia da ocorrência de um acidente com seu automóvel. "A impressora está quebrada todo

este tempo. Sem isso não posso mandar o carro para a oficina. Hoje, não entregam por causa da greve. Apesar do transtorno, acho a paralisação justa e válida", avaliou.

Na 3ª DP muitos policiais permaneciam nos balcões. Segundo eles, todas ocorrências que começaram a ser registradas antes da greve foram finalizadas. Para um senhora, de fora de Brasília, que perdeu os documentos foi aberta uma exceção e ela pôde registrar a perda. Lívia de Abreu Pinheiro Gomes também teve seu carro envolvido em uma batida e agora não consegue receber pelo prejuízo. Na delegacia recebeu de um agente toda a orientação necessária para dar entrada no caso em um Tribunal Especial. Saiu satisfeita com o atendimento, mas desanimada com o atraso que terá de enfrentar: "Tenho que esperar o laudo da perícia, que só deve ser entregue depois da greve, e mesmo assim demora uns 20 dias".



POLICIAIS permaneceram na 3ª DP (Cruzeiro), mas só para explicar os motivos da greve

Policiais também querem segurança

MÁRCIA DELGADO

Muitos dos policiais civis que participaram da assembleia ontem, que começou 9h e acabou por volta das 12h, garantem que, além das reivindicações econômicas, é preciso que o governo olhe para as condições de trabalho da categoria. Dois agentes do Complexo Penitenciário da Papuda disseram que convivem diariamente com a insegurança, o medo e ainda são obrigados a se desdobrar para cobrir a carência de efetivo na penitenciária.

Eles dizem que são apenas 16 agentes por turno para tomar conta de 1.050 presos. "Como são condenados, eles pensam em fugir 24 horas por dia. Tem dia que tem até três tentativas de fuga", garantiu a agente da Papuda, L.S., que preferiu não identificar com medo de represálias. Com 10 anos na Polícia Civil, ela salienta que conta com a proteção divina para realizar seu trabalho. "É um risco cuidar dos presos com uma equipe tão reduzida", acredita a agente, mãe de três filhos.

Um outro agente da Papuda, H.F.C., que também preferiu preservar a sua identidade, ressaltou que, para suprir a falta de efetivo, os policiais civis da penitenciária fazem de tudo um pouco. "O pessoal da área administrativa é obrigado e sair para a rua para acompanhar presos nos hospitais e para as audiências na Justiça", exemplificou.

A agente L. garante também que a Papuda está superlotada. "Uma cela com capacidade para um detento está com três", denuncia. Ela acredita que só a periculosidade de muitos dos detentos já justifica o aumento de efetivo de policiais civis na área. "O nosso dia-a-dia é repleto de insegurança", assinalou.

O QUE (E COMO) FUNCIONA

Plantão — 30% do efetivo

- Atendimento somente a crime hediondo
- Não se fará registro de ocorrências, salvo as que se referirem aos crimes hediondos

Cartório

- Somente fará encaminhamento dos flagrantes à Corregedoria de réu preso com prazo expirado

Seção de vigilância

- Somente atenderão solicitação judicial
- Não haverá visita a presos
- Não haverá banho de sol

Seção de investigação criminal

- Fechada

Seção de administração e apoio/ Seção de acidentes de veículos

- Fechadas

Delegacias especializadas

- Não funcionarão, com exceção da Delegacia de Vigilância e Captura, que atenderá dentro dos requisitos das Seções de Vigilâncias das circunscrições
- As especializadas que possuem serviços de plantão seguirão os mesmos métodos aplicados aos plantões das circunscrições

Instituto de Criminalística

- Realizará perícia somente em caso de crimes hediondos, morte violenta e acidente de trânsito, todos com cadáver no local

Instituto de Identificação

- Somente atenderá as ocorrências que o Instituto de Criminalística atender

Postos de identificação

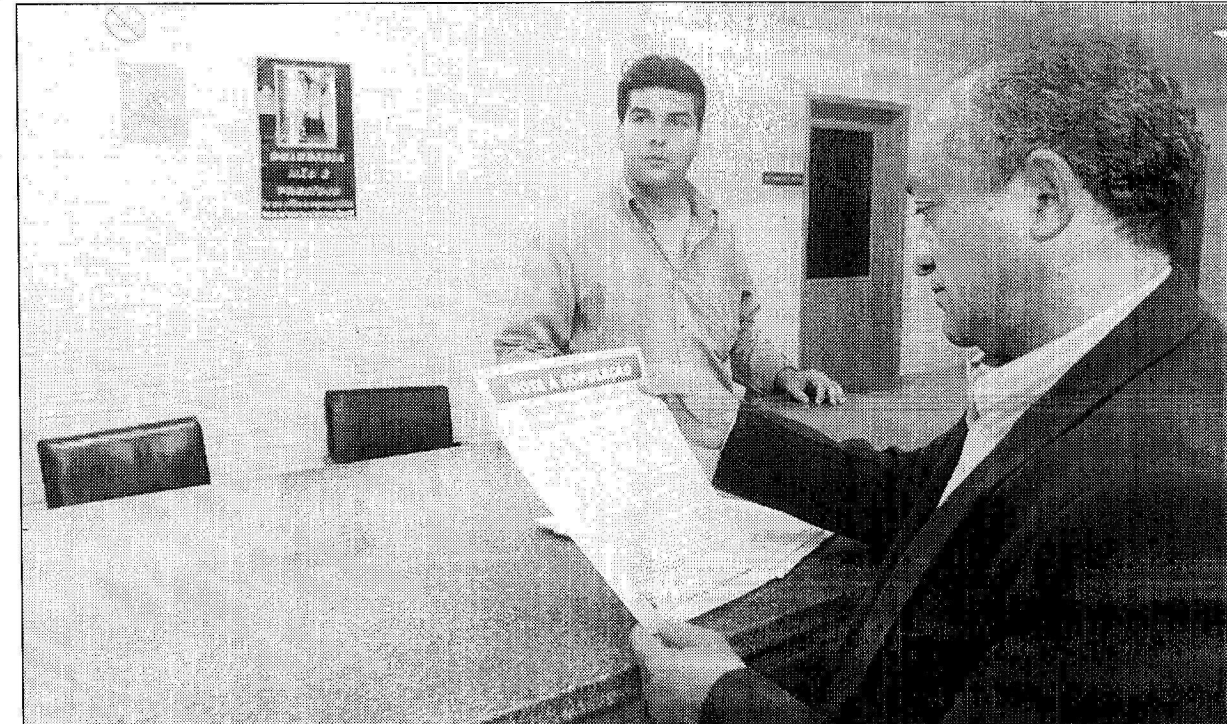
- Fechados

Instituto de Medicina Legal

- Efetuará a remoção e liberação dos corpos
- Não serão realizadas perícias no vivo, com exceção das realizadas em vítimas de crimes hediondos

Complexo penitenciário

- Suspensa a visita (sábado e domingo)



ADVOGADO Jonas Alves de Oliveira saiu frustrado da 1ª DP (Asa Sul): "Devia haver plantão"

Impasse entre o GDF e o Sinpol

A greve dos policiais civis criou um impasse. De um lado, está o governo, que garante que não tem como avançar em mais nenhum ponto da pauta da reivindicações da categoria. De outro, está o Sinpol, que pretende manter o movimento até que a pauta seja cumprida em sua íntegra. A categoria, de acordo com Hugo de Souza Silva, não abre mão da GOE (Gratificação por Operações Especiais) e do pagamento das horas-extras aos policiais civis.

O coordenador dos assuntos sindicais do GDF, secretário-adjunto de Administração, Márcio Baiocchi, é taxativo: "O que o governo podia fazer já foi feito. Não temos como avançar mais nas negociações". Ele disse que, na reunião de segunda-feira com o Sinpol, foi dito que o

governador Cristovam Buarque se propõe a ir junto com os policiais para pedir mais recursos para a categoria, mas nem assim os policiais desistiram da greve.

"Eu entendo este movimento como sendo político-partidário. Eles (policiais) estão sendo usados pela oposição, que quer jogar a população contra o governo", disparou Baiocchi, lembrando que os policiais que estão em greve não receberão os dias parados. O deputado Renato Rainha (PL), delegado de polícia civil licenciado, rebate as declarações de Baiocchi: "O governo fica querendo jogar a sua incompetência na área de segurança para cima dos outros".

O parlamentar, que ontem participou da assembleia dos policiais, prometeu ingressar

ontem mesmo com um pedido de Crime de Responsabilidade contra o governo na Câmara Legislativa. A decisão, segundo ele, é pelo fato de o GDF ter descontado, este mês, 12% e não 6% de INSS dos 1.800 policiais, como estava garantido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Rainha garante que os colegas estão trabalhando em condições "insuportáveis".

Para Baiocchi, o movimento da categoria é oportunista. "Eles avaliam que, pelo fato de a Segurança Pública estar num momento atípico, vão conseguir avançar ainda mais nos pontos reivindicados. O governo está atendendo as reivindicações de forma responsável. Milagre não dá para fazer", esclareceu.(M.D.)

Davi Zocoli

Fotos: Felipe Barra